

O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: finalidades

Keysse Maria de Oliveira Ribeiro¹

Sandra Elaine Aires de Abreu²

Resumo: A disciplina de história, no Brasil, sofreu transformações ao longo do tempo, adequando-se às necessidades históricas. No contexto das mudanças da sociedade, as finalidades da disciplina foram sendo estabelecidas pelas políticas públicas educacionais à luz dos interesses do projeto de governo em cada momento histórico. Assim, este artigo, buscou compreender a evolução do ensino de História na sociedade brasileira, através das finalidades da disciplina no Brasil Imperial e Republicano. A abordagem da pesquisa foi qualitativa. Quanto aos meios de investigação foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Os autores utilizados para o desenvolvimento do trabalho são: Souza Júnior (2005); Galvão (2005); Pessanha (2004); Daniel (2004); Menegazzo (2004); Chervel (1990); Saviani (2008); Bittercourt (2004, 2007, 1993); Fonseca (2004); Toledo (2005); Pintassilgo (2001); Nadai (1993); Pacini (2017); Brasil (1997,2017). A pesquisa revelou que as finalidades do ensino na disciplina de História não mudaram completamente ao longo do tempo histórico analisado, elas foram se adequando à realidade histórica e de acordo com as legislações brasileira. A disciplina apesar de todas as alterações implementadas, sempre teve como foco principal a formação da identidade nacional e consequentemente da cidadania.

Palavras-chave: Ensino de História. Finalidades. Império e República.

Introdução

A história faz parte de todo ser humano, sendo importante para que cada um se estabeleça em sua sociedade, tendo conhecimento sobre a história de seu povo. Este tipo de conhecimento é essencial para qualquer indivíduo. A história carrega uma série de acontecimentos importantes para a sociedade, dentre eles a educação escolar. No âmbito educacional percebemos a importância da formação do indivíduo integralmente, dentro disso uma formação cidadã, um dos focos da disciplina de História.

Neste trabalho o termo disciplina se relaciona a conteúdos escolares, sendo assim, as disciplinas são os conteúdos trabalhados nas escolas. É algo que acrescenta conhecimento, devidamente estruturada por regras que são compostas de acordo com o interesse de quem ensina e também de quem aprende. Uma disciplina é a união de conteúdos que possam agregar na formação acadêmica dos indivíduos (CHERVEL, 1990).

¹ Acadêmica do 7º período do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA). 2020. keysse.ribeiro13@gmail.com

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). sandraeaa@yahoo.com.br

Para ensinar é necessário saber o que ensinar, e quais são os objetivos do ensino. Na busca por responder essas questões, o historiador deve considerar todas as fontes que encontrar, bem como documentação produzida pela própria comunidade escolar (diários de classe, provas, anotações em cadernos, anotações e planejamentos de professores, entre outras fontes culturais) (CHERVEL 1990).

Cada disciplina é cercada de objetivos e conteúdos, um dos objetivos da disciplina de história é a formação do cidadão. Para que isso aconteça, é preciso que o ensino esteja à realidade social do estudante, evidenciando os valores e comportamentos aceitos e considerados importantes pela sociedade. É possível perceber esse objetivo na Base Nacional Comum Curricular “A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania” (BRASIL, 2017, p.400).

A disciplina de história sofreu transformações ao longo do tempo, como várias outras, essas são necessárias para adequação às necessidades da população, já que a sociedade está em constante mudança. Assim, como a sociedade, o ensino também está em constante mudança, se o conhecimento escolar não acompanhar as transformações da sociedade, se torna obsoleto, sem significado algum para quem recebe. É importante que cada disciplina se modifique organizando de acordo com as necessidades de cada sociedade e de cada época.

Este trabalho analisou a evolução histórica das finalidades da disciplina de História no Brasil, salientando as necessidades da sociedade e o contexto de sua inserção, em outras palavras, compreender a evolução do ensino de História na sociedade brasileira, através das finalidades da disciplina no Brasil Imperial e Republicano.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa. Quanto aos meios de investigação foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Os autores utilizados para o desenvolvimento do trabalho são: Souza Júnior (2005); Galvão (2005); Pessanha (2004); Daniel (2004); Menegazzo (2004); Chervel (1990); Saviani (2008); Bittercourt (2004, 2007, 1993); Fonseca (2004); Toledo (2005); Pintassilgo (2001), Nadai (1993), Pacini (2017), Brasil (1997, 2017).

As finalidades do ensino de História no Brasil Imperial

Quando falamos em disciplina escolar é necessário compreender que são amplos e diversos os fatores que interferem em sua constituição, entre eles política,

cultura e interesses sociais. Toledo (2005) considera três aspectos para analisar a disciplina de História durante o período imperial, sendo eles: a formação do Estado Nacional e a imagem de Nação construída pelas elites imperiais, a relação entre o Colégio Pedro II e a constituição da História como disciplina escolar no Brasil, a História ensinada na formação do sujeito político. Partindo disso, podemos afirmar que ela considera então as esferas políticas e sociais durante sua explanação.

A mudança do cenário político do nosso país impactou na disciplina, pois, era necessário construir um sentimento de amor à pátria e a partir dele firmar a identidade brasileira estabelecendo os interesses da elite. A disciplina foi utilizada para fins políticos porque, segundo Toledo:

Saída das lutas pela independência a classe senhorial tinha adiante de si o desafio de construir e consolidar os princípios da nova sociedade, e para isso, precisava construir uma identidade de classe governante que implicava no seu reconhecimento como um corpo político uno, capaz de realizar o trânsito do processo de colonização para o de emancipação política e constituição do Estado Imperial (TOLEDO, 2005, P.2).

É perceptível que não há somente o puro interesse em construir a identidade brasileira, mas, também se faz importante reestabelecer o poder de controle da elite através da construção do sentimento de pertencimento a nação.

Por ter sido colônia, o Brasil possui intrínseco os modelos europeus, isso não é diferente quanto a formação da imagem de Nação. Para que esta se constitua “Se firmou tendo por base as diretrizes conceituais europeias de Nação, Pátria, Liberdade, mas aqui seguiu uma trajetória onde as noções de liberdade, sociedade civil e política ficaram circunscritas sobre interesses da ‘boa sociedade’ ” (TOLEDO, 2005, p.3, grifos do autor).

A História enquanto disciplina escolar foi uma das ferramentas para servir a ideologia da elite, através dela foi possível divulgar os interesses da classe dominante. Toledo (2005, p.4, grifos do autor) traz que “O Colégio Pedro II tornou-se, quando não havia um ‘sistema’ de ensino nacional, na instituição oficial, modelo a ser seguido pelas demais escolas de ensino secundário de todo o Império”, o colégio se mostra importante pois foi onde originou as bases para as disciplinas no Brasil, os educadores dali montaram um compilado de conteúdos que foram salientados como necessários a serem passados para a população.

Na busca por formar a elite do futuro, a elite imperial se preocupou com a história que deveria ser perpassada entre os povos, por isso então, entra os interesses políticos na disciplina de História. Pois “Conhecer como as nações se construíram,

seu passado, sua constituição populacional, os feitos de seus líderes, identificados como heróis pela dedicação dispensada na formação e fortalecimento da nação” (TOLEDO, 2005), pode impactar na construção do futuro do país e auxiliar nas decisões significativas para a nação.

Era esperado que os futuros intelectuais da elite estivessem a par da constituição histórica não só da própria nação, também das outras, visto a necessidade de se conectar com o mundo exterior. Com base nisso, “Nesse processo de simbolizar uma autoimagem de si mesmos como nação, a história ensinada apresentava as nações como um conjunto de características homogêneas, capaz de criar um mesmo ideal de nação fundado nos termos básicos de civilização e progresso da humanidade” (TOLEDO, 2005, p.5). Essas noções de homogeneidade se tornam interesse político pois buscava-se a unificação dos brasileiros para que se tornassem uma nação homogênea. É possível que a dificuldade em aceitar a miscigenação do povo brasileiro esteja enraizada neste processo de homogeneização da sociedade.

De acordo com Fonseca (2004), no período imperial há uma dificuldade em montar o currículo da disciplina de História, pois é trabalhoso encontrar material sobre a História do Brasil. Há muita coisa sobre Europa e o mundo ocidental, até mesmo por conta do nosso histórico de país colônia. Em contrapartida, na obra de Santos são colocados vários pontos que apontam que o currículo se constituiu de forma satisfatória: “Ao longo do século XIX podem ser observadas, nos programas de ensino do Colégio Pedro II, as múltiplas transformações por que passou a História. Em um primeiro momento, o ensino de História tinha, como característica peculiar, a articulação da História Universal com a Geografia e a História Sagrada” (SANTOS, 2015, p.67).

Os temas ministrados na disciplina são de interesse do Estado, influenciados também por valores cristãos diretamente ou indiretamente relacionados. Um dos grandes objetivos da disciplina era a formação de um sentimento de amor à pátria, consciência moral e cidadã nos brasileiros. Há uma concordância disso entre Fonseca (2004), que diz: “programas curriculares e orientações metodológicas pautavam-se assim, pela ideia de construção nacional que, a partir das noções de pátria, tradição, família e nação, formaria na população o espírito do patriotismo e da participação consciente”, e Bittencourt (2007), que afirma “A disciplina é relacionada a construção da identidade, bem como a construção da nação”.

A instrução decorrente do ensino de história não é a única forma de construir a identidade nacional, mas é uma das mais importantes, como afirma Bittencourt (2007)

“A partir do processo de constituição de disciplina escolar do século XIX, sua finalidade nacional, justificando-se sua permanência e obrigatoriedade nos diversos currículos no Brasil”.

Apesar de ser um país laico, onde cada um pode seguir a religião de sua preferência, continua forte a ligação entre igreja católica e o Estado. O que se segue também no ensino, podendo ser observada no currículo da disciplina, que carrega uma divisão entre: História do Brasil, História Universal (Profana), e História Sagrada. A História universal retratava acontecimentos ligados à Europa e o restante do mundo, a História Sagrada era fortemente ligada ao cristianismo, dada a influência dos seguimentos católicos no Brasil (BITTENCOURT, 2007). A História Sagrada funcionava como uma catequização da sociedade, através do espaço escolar:

A difusão da História Santa era feita, inicialmente e paralelamente, pela oralidade das pregações dos padres, pelo visual das imagens das igrejas e gestos das cerimônias religiosas. No plano do ensino, o livro escolar complementava a estratégia da Igreja, na preservação e divulgação crescente de seus ensinamentos e de sua moral. (BITTENCOURT, 1993, p. 201).

Enquanto a História Sagrada trazia a cultura cristã para os brasileiros, a História do Brasil procurou promover os acontecimentos marcantes no país. Tais como a ordenação dos reis, a luta contra estrangeiros e outros feitos relevantes para a época. Ocorreu uma busca por estes acontecimentos para que fossem documentados e anexados aos conhecimentos transmitidos pela disciplina escolar. (BITTENCOURT, 1993). Toledo (2005) salienta que acerca dos conteúdos da disciplina, fez-se necessário buscar autores estrangeiros para compor a História Universal, e através dela criar a própria história, intitulada como História Nacional.

A história do Brasil não era algo consistente, considerada importante. Podemos concluir isto devido uma visão excludente e preconceituosa na história do Brasil, onde se considerava o brasileiro quem era branco, não abrangendo o povo brasileiro em sua totalidade, entre eles indígenas, negros e seus descendentes. (BITTENCOURT, 2007).

Diante disso, podemos concluir que a intenção do Estado neste período era despertar o patriotismo nos brasileiros, um sentimento de pertencimento e amor à pátria, apesar das dificuldades encontradas na sociedade. Os valores europeus eram marcantes no país, o que traz uma dificuldade em se estabelecer valores culturais brasileiros. É latente a necessidade de formação da identidade do povo para que ocorra uma estruturação política, cultural e intelectual da sociedade.

As finalidades da disciplina de História se dividem entre trazer para a população o sentimento de pertencimento de uma grande Nação, com sua história ainda em construção, ao mesmo tempo em que busca a reflexão da própria trajetória. Bem como a ordenação política afim de homogeneizar a grande massa, transmitindo a ideia de que pertencem a uma grande nação, com seus princípios e valores, na medida em que estão absorvendo a identidade do país.

As finalidades do ensino de História no Brasil Republicano

No início do período Republicano o foco era o crescimento das escolas e uma nova formação, mais moderna, para a sociedade (BITTENCOURT, 2007, p.38). Essa modernização nasceu da vontade da alta sociedade para garantir uma formação acadêmica melhor para seus membros.

Assim que se inicia a República, foram realizadas reformas no ensino, em uma delas a História Sagrada deixou de ser obrigatória no currículo (BITTENCOURT, 2007, p.39). Isto não significa que os valores repassados na disciplina deixaram de existir, esses valores eram disseminados indiretamente em outras oportunidades. A igreja ainda mantém grande influência na cultura e nos costumes nacionais, prova disso é a quantidade de comemorações cristãs que se tornaram feriados nacionais.

O nacionalismo era visto como um “remédio” para equalizar as diferenças da mistura e miscigenação do povo. Esperava-se que negros (descendentes da escravidão), indígenas e mulatos desenvolvessem amor à pátria, apagando seu passado de abuso e sofrimento. Vários educadores assumiram cargos políticos, em preocupação com a formação nacionalista da sociedade (BITTENCOURT, 2007, p.38).

Outra finalidade da disciplina neste período é a de consolidar o papel do estado-nação na condução e na organização política (BITTENCOURT, 2007, p.42), através disso a disciplina se torna ferramenta para a consolidação dos ideais da alta sociedade. Bittencourt (2004, p.192), aponta o “nacionalismo de direita”, que segundo ela “Trata-se de um nacionalismo voltado para atender aos interesses de determinados setores das elites nacionais. É perceptível que através desta finalidade é possível que a elite controle a sociedade, mantendo a divisão de classes como lhe convém, além de transpassar a ideologia necessária para a manutenção de seus interesses.

A disciplina de História possibilita a construção de memória coletiva, dando origem a tradição (PINTASSILGO, 2001, p.1). Através dessa finalidade a história pode perpetuar os valores culturais da nação, porém esses valores serão aqueles que a alta sociedade que detém o poder tem interesse que sejam passados.

Outro ponto da disciplina foi a valorização do ensino integral (PINTASSILGO, 2001, p.8). Por isso, podemos afirmar que há uma tentativa de formar criticamente a sociedade, através do conhecimento de sua própria história.

Ainda sobre o patriotismo, no período republicano, continua a ênfase do ensino de história para desenvolver o amor à pátria (PINTASSILGO, 2001, p.10). Através dessa continuidade a sociedade continua enraizando os valores nacionais.

De acordo com Nadai (1993, p.160), “As diversas propostas de ensino e as práticas docentes têm ajudado a viabilizar outras concepções de História, mais comprometidas com a libertação e emancipação do homem”. Com essa assertiva percebemos a intenção de se auxiliar o indivíduo para a criticidade, o pensamento próprio, gerando na disciplina de História a finalidade de corroborar com a independência intelectual da sociedade.

Considerando agora o cenário atual da educação, os Parâmetros Nacionais Curriculares de História trazem que “A seleção de conteúdos programáticos tem sido variada, mas geralmente é feita segundo uma tradição de ensino, que é rearticulada e reintegrada em novas dimensões e de acordo com temas relevantes para o momento histórico da atual geração (Brasil, 1997, p.35). Diante disso é perceptível que as finalidades do ensino não se modificam completamente, elas sofrem alterações e adaptações de acordo com a necessidade e interesses da sociedade.

O documento mais atual que se tem sobre o ensino de História é a Base Nacional Comum curricular (BNCC). O documento demonstra justamente que a formação cidadã continua em evidência, mesmo após tantos anos e modificações nos documentos que regem a educação.

Um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania (BRASIL,2017, p.398).

Para demonstrar novamente essa questão, Pacini (2017) aponta que “A construção da identidade nacional é tema que vem sendo abordado desde o período monárquico”. Sustentando assim, a ideia de que as finalidades do ensino não se perdem, evoluem juntamente com os interesses da sociedade.

Considerações finais

A pesquisa revelou que as finalidades do ensino na disciplina de História não mudam completamente ao longo do período imperial e republicano. As finalidades foram se adequando à realidade histórica e de acordo com as políticas públicas educacionais brasileira. A disciplina se inicia para abrir portas a construção do amor à pátria, o que se segue depois é a consolidação do país como nação, através do patriotismo, no contexto da formação da identidade nacional e consequentemente da cidadania.

Não é nenhuma novidade que os fatos relacionados a essa perspectiva se originam da necessidade da elite em formar e conduzir a sociedade de acordo com seus interesses. Por isso o componente curricular, História, que deveria formar o pensamento crítico, para a emancipação intelectual, nem sempre se fez de forma efetiva. Muitas vezes deixado em segundo plano, no currículo escolar brasileiro, pois, para as elites condutoras, formação de cidadão pode dificultar a condução do processo social, político, econômico e educacional da sociedade brasileira.

Referências

BITTERCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidade nacional e ensino de história do Brasil. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidades e ensino da história no Brasil. In: **Ensino da história e memória coletiva**[S.l: s.n.], 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada a história profana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25-6, p. 193-221, 1993.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em 25/05/2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, p. 177-229, 1990.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica.2004.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v.13, n.25/26. P.143-162. Set./Ago.93.

PACINI, Henrique Ferreira. Lobo em pele de cordeiro: novas roupagens e velhas atitudes no ensino de história proposto pela BNCC. **História & ensino**, Londrina, v. 23, n.1, p.113-138, jan./jun. 2017.

PINTASSILGO, Joaquim. A República e o ensino de história: inovações e permanências. Edições Colibri. 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/4019>. Data de acesso: 08/04/2020.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. **Revista brasileira de educação**, n.27, p.57-69, Set/Dez. 2004.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. O currículo da disciplina de História no Colégio Pedro II-Império. *Cadernos de História da Educação*. V.14 n.1. p. 55-70. Jan./abril 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32115/17331>>. Data de acesso: 17/06/2020.

SAVIANI, Demerval. História da História da Educação no Brasil: Um balanço prévio e necessário. **Eccos Revista Científica**, v.10, p. 147-167 julho, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71509907>>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. **rev. e atual**. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA JÚNIOR, Marcilio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v31n3/a05v31n3.pdf>>. Data de acesso: 17/08/2019.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A disciplina de História no Império brasileiro. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n.17, p. 1-10. 2005.